

# TCE EM PAUTA

ANO XIII - Nº75

NATAL/RN

OUTUBRO/NOVEMBRO DE 2009



A presidente do TCE, conselheira Adélia Sales, condecora a professora Noilde Ramalho

## **Tribunal presta homenagem a oito personalidades do RN**

Página 6 e 7

ENCONTRO DOS TCs EM CURITIBA APONTA AVANÇOS COM O PROMOEX

PÁGINA 3

FALE! RECLAME! DENUNCIE! OUVIDORIA DO TCE: 0800-281 1935

## CURTAS

**No prelo**

Pelo menos três publicações estão previstas para serem lançadas no início de 2010. A Ouvidoria vai lançar o seu Manual de Procedimentos Internos, para ser trabalhado junto aos diversos setores do TCE. A Escola de Contas está publicando um Guia de Orientação aos Gestores, organizado por Jailson e Vânia. Ambas as publicações realizadas em consonância com as diretrizes do Promoex e com o Planejamento Estratégico. A Coordenadoria de Comunicação publica mais uma edição da "Revista do TCE".

**Música**

O Coral de Contas do TCE realizou uma bela apresentação no Enconat – Encontro de Corais de Natal, realizado nos dias 13 e 14 de novembro no Centro de Referência de Educação Aluizio Alves. Aproveitando a estadia em natal, os corais dos TCEs de Alagoas (Cantos e Contas) e Sergipe (Contas em Canto), regidos por Gustavo Campos e Paulo César Prado, especificamente, fizeram uma visita ao TCE/RN, o que terminou, evidentemente, em música.

**Ouvidoria**

A Coordenadora da Ouvidoria de Contas, Zénia Chaves participou nos dias 10, 11 e 12 de novembro do I Fórum Internacional de Ouvidorias, realizado em Brasília, com o objetivo de aperfeiçoar as ouvidorias públicas do Brasil e promover o intercâmbio de experiências bem-sucedidas no mundo. Foi o maior evento no segmento de ouvidorias promovido no Brasil. O Fórum teve a participação do Ministro-Chefe da Controladoria Geral da União, do Ministro-Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, do Ministro da Previdência Social, do Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Ministro da Cultura, da Ministra do Supremo Tribunal Federal, do Ouvidor Geral da Câmara dos Deputados, do Diretor-Presidente da Anvisa, da Ouvidora Geral da União (mentora do evento); além de muitas autoridades internacionais, da Polônia, da Suécia, do Canadá, de Angola, da Argentina, dos Estados Unidos, do Uruguai, de Portugal, do Paraguai, de Guiné-Bissau, de Moçambique e do Chile.

**Ombudsman**

A Assessora da Ouvidoria Ana Cláudia Paiva Fernandes, participou do Seminário Internacional 200ombudsman, que aconteceu em São Paulo de 04 a 06/11, uma iniciativa conjunta da ABO – Associação Brasileira de Ouvidores e do Instituto Brasileiro Pró-Cidadania, sendo realizados no mesmo local, o 2º Seminário Internacional Ouvidores & Ombudsman, o 5º Seminário Nacional Ouvidores & Ouvidorias e o 12º Congresso Brasileiro de Ouvidores. Nessa oportunidade, comemorou-se a criação do Ombudsman, em 1809, na Suécia. Teve a presença de palestrantes Brasileiros, da Suécia, Áustria, Bermudas, Canadá e Estados Unidos. E com o objetivo de compartilhar experiências e discutir procedimentos que estão sendo adotados no Brasil e no mundo. “Foi uma experiência única, muito gratificante”, enfatizou Ana Cláudia.

**Monografia**

Serão encerradas no próximo dia 11 de dezembro as inscrições para o concurso de monografias “Prêmio Ministro Plácido Castelo”, realizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará, que este ano tem como tema “A Importância do Controle Social na Fiscalização dos Gastos Públicos”, com premiações de R\$ 5, R\$ 3 e R\$ 2 mil, respectivamente para o 1º, 2º e 3º lugar. Maiores informações podem ser adquiridas no site [www.tce.ce.gov.br/ipc](http://www.tce.ce.gov.br/ipc)

**TCE/RN em Pauta**

Informativo do Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte

**Conselheiros**

Presidente:

Maria Adélia de Arruda Sales Sousa

Vice-Presidente:

Valério Alfredo Mesquita

Presidente da 1ª Câmara:

Paulo Roberto Chaves Alves

Presidente da 2ª Câmara:

Tarcísio Costa

Corregedor-Geral:

Alcimar Torquato de Almeida

Renato Costa Dias

Getúlio Alves da Nóbrega

Auditores:

Marco Antônio de M. R.

Montenegro

Cláudio José F. Emerenciano

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE (MPJTCE)

Procuradora-Geral:

Luciana Ribeiro Campos

Secretário-Geral:

Carlos de Menezes Lira

Consultor-Geral:

Cláudio Dantas Marinho

Chefe de Gabinete da Presidência:

Laércio Segundo de Oliveira

Coordenador de Comunicação Social:

João Batista Machado

Editor:

Eugênio Parcelle

Repórteres:

Rosalie Arruda Câmara  
Graciêma da Costa Carneiro

Produtora: Fátima Moraes

Revisor: João Maria de Lima

Projeto Gráfico e Diagramação  
Terceirize (84) 3211-5075

Fotos: Jorge Filho

Impressão:

Solução Gráfica - 3613-0616

Av. Getúlio Vargas, 690 - Petrópolis-Natal/  
RN CEP: 59.012-360 - 3215-1922  
SITE: [www.tce.rn.gov.br](http://www.tce.rn.gov.br)  
E-mail: [tce-ccs@rn.gov.br](mailto:tce-ccs@rn.gov.br)

**CONFRATERNIZAÇÃO DE NATAL**

A ASTCERN e a Presidência já definiram a programação de Natal do TCE. A confraternização será realizada dia 18 de dezembro, começando às 9h com celebração da tradicional missa no auditório, seguida de apresentação do Coral Canto de Contas. A partir das 13h, haverá um almoço de confraternização no salão Gilson Buffet, com show da orquestra "Dom Cardoso e seus Metais".

# Promoex avança na modernização dos Tribunais de Contas

Melhorar e a integração, reduzir o tempo médio de tramitação dos processos, adotar as Auditorias Operacionais como rotina, ampliar e tornar mais transparente sua comunicação com a sociedade. Essas são as principais metas para 2010 dos 28 Tribunais de Contas integrados ao Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros (Promoex).

Os resultados já obtidos e os próximos passos do Promoex foram apresentados, durante o 25º Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil, pelo conselheiro do Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE-SC), Salomão Ribas Junior. Durante o evento – realizado em Curitiba, no período de 14 a 18 de novembro. Do TCE/RN participaram do encontro a conselheira presidente, Adélia Sales, e os conselheiros Alcimar Torquato, Tarcísio Costa, Paulo Roberto Chaves Alves, Getúlio Nóbrega e Renato Costa Dias.

Criado em 2005, o Promoex é resultado de um convênio entre o governo brasileiro (por meio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O BID o considera o maior programa do gênero em implantação no mundo. Os investimentos são divididos entre os três elos: 60% do BID, 34% dos próprios tribunais e 6% da União.

Até julho deste ano foram investidos US\$ 16,1 milhões no Promoex. Na primeira fase, que deverá se estender até 2011, a previsão de investimento total atinge US\$ 55 milhões – divididos principalmente em capacitação de servidores, compra de equipamentos e modernização de sistemas de informática.

Segundo Ribas, o programa avançará em diversas frentes. Uma delas é a realização de pesquisas (já iniciadas em 14 dos tribunais participantes) para avaliar o grau de percepção da sociedade em relação ao trabalho de controle externo como contribuição para o cumprimento dos preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). “Precisamos melhorar a percepção de que os Tribunais de Contas contribuem para a gestão correta dos recursos públicos”, afirmou.

Outro avanço se dará na maior integração dos tribunais ao portal Controle Público ([www.controlepublico.org.br](http://www.controlepublico.org.br)), que reúne, na internet, informações técnicas desses órgãos e dados de gestão pública fundamentais ao controle social. Quinze tribunais já estão integrados ao portal. A meta para 2010 é centralizar a divulgação dos dados orçamentários, financeiros e de controle da LRF de todos os Estados e Municípios brasileiros. Quando o portal estiver totalmente implantado, deverá ter 20 mil servidores de tribunais cadastrados.

Em outra frente, será intensificada a realização de Auditorias Operacionais – trabalho de fiscalização que busca verificar os resultados dos programas governamentais. Já foram capacitados 150 técnicos para a atividade. As normas do Promoex exigem que, para passar à segunda fase, pelo menos 75% dos participantes deverão estar realizando esse tipo de auditoria. “Vamos avançar para o controle de resultados sem desprezar o controle de legalidade”, explica Ribas.

O Promoex também tem por meta reduzir, numa proporção de 5% ao ano, o tempo médio de tramitação dos processos que ingressam nos Tribunais. Uma das ferramentas



## Salomão Ribas foi eleito para o comando da Atricon

para isso será a adoção de soluções compartilhadas em Tecnologia da Informação, para que cada órgão adote as melhores práticas já desenvolvidas por seus similares.

### CARTA DE CURITIBA

A necessidade de criação do Conselho Nacional dos Tribunais de Contas (CNTC) é uma das medidas defendidas na Carta de Curitiba, documento que reúne as principais conclusões do 25º Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil. O evento reuniu cerca de 500 representantes dos 34 Tribunais de Contas que atuam no País – da União, de Estados e Municípios.

A criação do CNTC, órgão de fiscalização administrativa e financeira dos Tribunais de Contas, está em discussão na Câmara Federal, por meio da Proposta de Emenda à

Constituição (PEC) 28/2007, de autoria do deputado Vital do Rêgo Filho (PMDB-PB). Na avaliação do presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), Hermas Brandão, anfitrião do encontro, a criação do conselho deverá contribuir para aprimorar as atividades de controle externo sobre o uso de recursos públicos no País.

Na Carta de Curitiba, os Tribunais de Contas reafirmaram o compromisso de cumprir, “com crescente efetividade, suas responsabilidades e competências constitucionais, em benefício da sociedade”. Em outro trecho, o documento destaca: “As cortes de contas se constituem em entidades indispensáveis à democracia e ao Estado de Direito no exercício do controle externo da correta, eficiente e eficaz aplicação dos recursos públicos.”

## Atricon e IRB elegem novas diretorias

A Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o Instituto Rui Barbosa (IRB), as principais entidades representativas dos organismos de controle externo brasileiros, aproveitaram a realização do 25º Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil para eleger suas novas diretorias. O

conselheiro Salomão Ribas Júnior (TCE-SC) será o presidente da Atricon no biênio 2010-2011. O presidente do TCE do Tocantins, conselheiro Severiano Costandrade foi eleito presidente do IRB.

As duas instituições contam com representantes do TCE/RN. A conselheira-presi-

dente, Adélia Sales, foi eleita diretora do IRB. Os conselheiros Getúlio Nóbrega e Paulo Roberto Chaves Alves foram eleitos, respectivamente, para a diretoria e conselho fiscal da Atricon.

Com sede em Brasília, o IRB é uma instituição que exerce um papel de coordenação

das ações de pesquisa e orientação promovidas pelos Tribunais de Contas brasileiros. Além de fazer a interação entre as escolas de Contas de todos os Estados, o IRB também realiza eventos, presta assistência técnica e mantém intercâmbios e convênios entre instituições nacionais e internacionais.

# Foco nos resultados, mais qualidade e controle das ações



**Gláucio Torquato coordena o Escritório do Planejamento Estratégico do TCE**

**O ano está acabando. Que avaliação faz até agora do Planejamento Estratégico? Os objetivos estão sendo atendidos?**

O planejamento estratégico é um processo de reflexão sobre a trajetória passada e futura da organização, quais seus objetivos, e o que fazer para atingi-los. A realização do planejamento estratégico traz inúmeros benefícios para as instituições governamentais, quando este é coerente, plausível e incorporado ao dia a dia da organização. Um dos objetivos do Escritório de Planejamento e Gestão do Tribunal de Contas, é ressaltar algumas características da instituição governamental, justificar a relevância e os benefí-

cios do planejamento para o TCE/RN.

Nas organizações públicas, as principais etapas do planejamento estratégico são a identificação da missão da organização, a avaliação da estratégia vigente, a análise do ambiente onde ela está inserida, a definição e quantificação dos objetivos, a elaboração do orçamento e o controle.

Apresentamos no final de agosto, o 1º Relatório de Progresso estabelecido no Plano de Diretrizes Anual à Presidência, nesse relatório apontamos todas as metas estabelecidas para o ano de 2009 e os percentuais de alcance até aquela data. Os números apresentados foram bastante satisfatórios, sendo positivo o resultado dos objetivos estratégicos na nossa avaliação.

## Na opinião de Gláucio Torquato, o Planejamento Estratégico tem feito a diferença na administração do TCE

(os resultados estão fixados em todos os corredores do TCE/RN).

**Mudar uma cultura organizacional é difícil. Como analisa o processo de mudança no TCE?**

Sem dúvida é muito difícil, mas com determinação e apoio da Presidência, Secretaria Geral, diretorias e demais servidos do TCE/RN, este processo começa a ser real na nossa Instituição com resultados efetivos por parte das unidades técnicas envolvidas diretamente com os objetivos escolhidos para este ano.

É impressionante como os setores que começaram a trabalhar com o planejamento sentiram não só a diferença nos resultados, mas também a qualidade do trabalho e controle das ações estabelecidas.

O planejamento estratégico impõe um processo de mudanças muito importante para as instituições governamentais porque, apesar de não possuírem fins lucrativos, os recursos disponíveis são limitados e determinantes do tamanho das despesas. Num cenário de restrição, se a alocação dos recursos não convergir para atender da melhor forma a demanda da sociedade, a organização pode desvirtuar-se de sua missão e prejudicar sua continuidade.

A continuidade é um dos aspectos da instituição pública mais beneficiados pelo planejamento. Como geralmente o dirigente da instituição muda a cada eleição de um novo governante, muito do trabalho realizado anteriormente é desprezado se o novo dirigente não encontra a máquina funcionando de forma integrada e planejada. Por outro lado, se houver um processo integrado e democrático, legitimado pelos fun-

cionários da instituição, a tendência do novo dirigente será de aproveitar o sistema que já está funcionando e assim reduzir os efeitos negativos das mudanças de orientação política.

**Quais impactos e resultados destacaria?**

- Mudança de métodos de trabalho com a ferramenta BSC para as unidades técnicas envolvidas com o PDA, onde permite o acompanhamento das metas estabelecidas por cada unidade, aferindo seus resultados;
- Permitiu o acompanhamento gerencial dos gastos estabelecido por cada objetivo estratégico;
- Alinhamento das ações;
- A implementação do planejamento proporcionou a integração dos gerentes e servidores na definição de objetivo, conteúdo e métodos, explicitando princípios e execução das atividades; entre outros

**Aponte desafios e perspectivas para o futuro.**

É preciso planejar, planejamento é algo que todos concordam, muitos fazem, alguns fazem da mesma maneira e poucos fazem adequadamente.

O planejamento nasce a partir dos grandes objetivos que a organização quer atingir, demandando reavaliação constante e sólido trabalho em equipe.

O objetivo maior do Planejamento Estratégico é desenvolver estratégias que guiarão a organização a obter um melhor desempenho e, conseqüentemente, um melhor resultado., esse é o nosso grande desafio.

# Programa fortalece o controle externo

**Para Ione Salem, o maior desafio do Promoex é implantar uma política de pessoal compatível com as mudanças geradas**

## **O ano está acabando. Que avaliação faz até agora do PROMOEX? Os objetivos estão sendo atendidos?**

A execução do PROMOEX no TCE /RN representa um diferencial importante no fortalecimento do sistema de Controle Externo, como instrumento de cidadania, incluindo a intensificação das relações inter-governamentais e inter-institucionais, com vistas ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, que constitui o objetivo geral do programa. As ações podem ser traduzidas na criação da Ouvidoria; na cooperação institucional, acordos e convênios celebrados com o TCU, CGU, CONTROL, FEMURN, STN, Escola de Governo, SET, CRC, Assembleia Legislativa, Câmara Municipal e outros; na Capacitação de Jurisdicionados; nas Auditorias Operacionais na Educação e na Saúde; no estímulo e capacitação para a implantação do Controle Interno em todos os municípios; na implantação do Planejamento Estratégico; na aquisição de equipamentos de informática que agilizaram os métodos e processos de trabalho, e ampliaram o Portal e sua interação com a sociedade; e na ampliação do Sistema Integrado de Auditoria Informatizada.

## **Mudar uma cultura organizacional é difícil. Como analisa o processo de mudança no TCE?**

A mudança na cultura organizacional requer um processo coletivo e, como tal,

requer tempo e adoção de novos comportamentos, competências, habilidades e atitudes. O processo é contínuo e seus reflexos se farão sentir no decorrer do tempo. O importante é que haja um processo de melhoria contínua. Em algumas áreas do TCE, já se percebem algumas mudanças significativas no corpo técnico, decorrentes de capacitação e implantação de novos processos, onde não se detinha nenhuma vivência: planejamento estratégico, auditoria operacional e implantação do controle interno nos municípios, por exemplo.

## **Quais impactos e resultados destacaria?**

O maior impacto do programa é a integração entre os TCs, gerando uma rede de discussões, interação permanente e compartilhamento de soluções de melhoria e fortalecimento do Controle Externo em todo o país.

## **Aponte desafios e perspectivas.**

O maior desafio é elaborar e implantar uma política de pessoal compatível com as mudanças geradas. As pessoas são os atores principais do processo de mudança, e devem estar no centro da pauta de discussões, com a adoção de instrumentos de captação, educação continuada, valorização do mérito e avaliação de desempenho dos servidores do TCE / RN.



**Ione Salem, coordenadora do Promoex, aponta resultados positivos**

# TCE homenageia p a Medalha Governad

Em sessão plenária presidida pela presidente do TCE, conselheira Adélia Sales, o plenário da Corte de Contas homenageou com a Medalha do Mérito "Governador Dinarte Mariz", oito personalidades que deram relevante contribuição para o desenvolvimento do Estado nas áreas cultural, política ou técnico-científica.

Foram homenageadas as seguintes personalidades: jornalistas Woden Coutinho Madruga e Marco Aurélio de Sá; professores Paulo de Tarso Correia de Melo, Noilde Pessoa Ramalho e Otto Euphásio Santana; deputado José Dias de Souza Martins; empresário Flávio Gurgel Rocha e desembargador Luiz Alberto Gurgel de Faria.

Falando em nome do TCE, o conselheiro Getúlio Alves da Nóbrega fez um histórico da criação da medalha e a relevância das personalidades homenageadas, aprovadas à unanimidade dos conselheiros. Representando os homenageados, o jornalista Woden Madruga fez um relato emocional, lembrando desde a sua passagem pela Corte de Contas, até a importância de cada um dos contemplados com a medalha, com suas contribuições para o desenvolvimento do Estado, com destaque para a professora Noilde Ramalho.

Instituída pela Resolução nº 004/2003 – TCE, a medalha representa uma homenagem ao ex-governador Dinarte Mariz, pelo fato de ter sido iniciativa de seu governo a criação do Tribunal de Contas do Estado, através da Lei nº 2.152, de 20 de novembro de 1957 e por ele ter dedicado a maior parte da sua vida à atividade política.

O mérito consiste numa medalha cunhada em formato circular com 38 mm de diâmetro, e contornada com os dizeres "Medalha do Mérito Governador Dinarte Mariz – Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte", tendo ao centro o brasão do Estado, em alto relevo, com 22 mm de diâmetro, suspensa com fita de 34 mm de largura, trazendo ao centro uma lista vertical branca, ladeada por duas outras de cor azul, acompanhada de uma roseta e do respectivo diploma.



**Conselheiro Getúlio Nóbrega sauda os agraciados**



**As oito personalidades agraciadas com a Medalha do Mérito "Governador Dinarte Mariz" instituída pelo TCE**

# Personalidades com or Dinarte Mariz

## Perfil dos agraciados

**1. Flávio Gurgel Rocha** – Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas; Pós-graduação em PMD (Program for Management Development) pela Harvard Business School e Pós-graduação em Strategic Retail Management pela Harvard Business School. Deputado federal constituinte (1987 – 1991) tendo sido reeleito para o período (1991 – 1995).

Ex-presidente do Instituto para o Desenvolvimento do Varejo e atualmente Membro e vice-presidente do Conselho de Administração; Vice-presidente do Grupo Guararapes e presidente das Lojas Riachuelo S/A; Presidente da Midway Financeira S/A; Conselheiro do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial; Vice-presidente da Associação Comercial de São Paulo; Membro do Conselho Superior Estratégico da Indústria e do Conselho Superior de Economia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

**2. José Dias de Souza Martins** – Bacharel em Direito pela UFRN, especialista em Economia. Ex-professor da cadeira de História das Doutrinas Econômicas do Bacharelado de História da Fundação José Augusto. Ex-presidente da Fundação de Habitação Popular – FUNDHAP (1964 – 1970). Ex-diretor da Indústria de Cartonagem S/A (INCARTON); Ex-diretor superintendente do Hotel Ducal; Ex-diretor da Indústria Têxtil Seridó S/A e ex-diretor-presidente da Agropecuária Paraíso S/A.

Exerce atualmente o quinto mandato de deputado estadual com expressivas votações. Chegou ao plenário da Assembleia Legislativa em 1986, permanecendo até hoje, tendo se destacado como presidente da Comissão de Finanças e membro das Comissões de Constituição e Justiça, Administração, Serviço Público e Trabalho. É detentor das condecorações do Mérito Legislativo e dos Mártires, concedidas respectivamente, pela Assembleia Legislativa e Arquidiocese de Natal.

**3. Luiz Alberto Gurgel de Faria** – Bacharel em Direito pela UFRN, em 1991. Foi aprovado em primeiro lugar no exame vestibular, além de ter sido orador da turma concluinte. Atualmente é presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5), sediado no Recife, com abrangência nos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Alagoas e Sergipe; Mestre e Doutor em Direito Público pela UFPE, professor da UFRN e do curso de especialização em Direito Administrativo da UFPE.

Em coautoria, com outros magistrados, publicou o Código Tributário Nacional Comentado: Doutrina e Jurisprudência e Importação e Exportação no direito Brasileiro, sob a coordenação de Vlademir Passos de Freitas. É de sua autoria exclusiva o livro Controle da Constitucionalidade na Omissão Legislativa: Instrumentos de Proteção Judicial e seus Efeitos. Proferiu palestras e publicou artigos nas mais conceituadas revistas jurídicas do País.

**4. Marcos Aurélio de Sá** – Bacharel em direito pela UFRN, em 1971, jornalista, empresário, agropecuarista e professor do Curso de Comunicação da UFRN. É detentor dos cursos de Especialização em Rádio-jornalismo pela UFRN (1976) e de Capacitação de Lideranças para o Desenvolvimento da América Latina pelo Departamento de Ciências Políticas da Loyola University, em New Orleans-EUA (1970).

Começou sua vida profissional como repórter do semanário “A Ordem” (1963 – 1966); repórter da Tribuna do Norte (1966 – 1967) e repórter da Sucursal do Jornal do Comércio, de Recife/PE, no Rio Grande do Norte (1967 – 1970). Fundador e ex-diretor da Revista RN/Econômico (1969 – 1982); ex-diretor do Departamento Estadual de Imprensa (1971 – 1972); ex-diretor-presidente da Companhia Editora do RN (CERN) e ex-presidente da Associação Norte-rio-grandense de Criadores (ANORC). Fundador e diretor-editor dos diários O Jornal de Hoje e JH Primeira Edição.

**5. Noilde Pessoa Ramalho** – É uma das mais tradicionais educadoras do Rio Grande do Norte. Ingressou na Escola Doméstica em 1936, diplomando-se no Curso Doméstico em novembro de 1939. No período entre 1940 e 1945, ingressou no magistério e passou a lecionar na Escola como professora de Educação Física, Etiqueta, Economia Doméstica e Auxiliar de Enfermagem. Em março de 1945, assumiu a direção da Escola Doméstica com apenas 25 anos de idade, cargo no qual permanece até hoje.

Em 1987, funda o Colégio de ensino misto “Henrique Castriciano” e, em 1999, instala a Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN – FARN. Atualmente, as três instituições educacionais possuem mais de cinco mil alunos e oferecem uma educação de excelência desde a estimulação até a pós-graduação. A professora Noilde Ramalho é detentora de vários títulos, comendas e medalhas concedidas por instituições locais e nacionais. Entre elas, Medalha Imperatriz Leopoldina do Estado de São Paulo e medalha do Pacificador concedida pelo Ministério do Exército.

**6. Otto Euphrásio de Santana** – É formado em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma onde permaneceu por cinco anos. Retornando a Natal logo se envolveu com as atividades pastorais e sociais da Arquidiocese, tendo exercido os mais diversos ministérios. Nesta época, envolveu-se com a educação quando foram criadas as escolas radiofônicas por meio da Emissora de Educação Rural de Natal, que chegou a ter vinte e dois mil alunos nos anos 1960/1970.

Após deixar o ministério sacerdotal dedicou-se ao ensino universitário como professor e dirigente da Universidade Santa Úrsula, no Rio de Janeiro, e da Universidade Federal do Estado de Sergipe, de onde se afastou para ser secretário de Educação e de Planejamento do Rio Grande do Norte, no governo Geraldo Melo. Durante doze anos exerceu a função de diretor Técnico do SESI, órgão vinculado a Confederação Nacional da Indústria, no Rio de Janeiro. Atualmente o professor Otto divide seu tempo entre Aracaju e Natal prestando consultoria a instituições no campo educacional e da promoção humana.

**7. Paulo de Tarso Correia de Melo** – Licenciado em Pedagogia pela UFRN e pós-graduado em Master of Artes in Education pela Universidade de Michigan/USA. Professor aposentado adjunto IV da UFRN e presidente do Conselho Estadual de Cultura. É ocupante da Cadeira nº 11 e Secretário-Geral da Academia Norte-rio-grandense de Letras. Escritor e poeta é autor de vários livros de poesia e romance, tendo recebido vários prêmios pela obra literária.

No decorrer da sua vida profissional exerceu os seguintes cargos: Cronista redator do jornal Tribuna do Norte; assessor cultural da DDC da Prefeitura de Natal; chefe do setor de Educação de Adultos do SESC/RN; professor concursado do Instituto de Educação Presidente Kennedy; professor concursado da UFRN; pró-reitor de Extensão da UFRN; diretor do Núcleo de Arte e Cultura da UFRN e chefe de Gabinete da UFRN.

**8. Woden Coutinho Madruga** – É bacharel em Direito pela UFRN, jornalista e professor. Ingressou no jornalismo em 1954, tendo exercido a profissão nos jornais Diário de Natal e Tribuna do Norte como repórter e colunista. Há 45 anos assina a coluna Jornal de WM, uma das mais conceituadas do Estado e das mais antigas do país.

Professor da Faculdade de Jornalismo “Eloy de Souza” da Fundação José Augusto e posteriormente do Curso de Comunicação Social da UFRN. Em 1965 foi nomeado consultor técnico do Tribunal de Contas do Estado. Exerceu o cargo de secretário de Indústria, Comércio e Turismo de Natal e presidente da Fundação José Augusto, nos governos Geraldo Melo e Garibaldi Filho.



**Diretora da Escola de Contas, Marlúcia Saldanha, incentiva capacitação para gestores públicos**

# Escola de Contas orienta como implantar o controle interno

Fornecer orientações básicas aos municípios do Rio Grande do Norte sobre a criação, estruturação e atuação do sistema de controle interno. Este é o objetivo da série de curso sobre “o Sistema de Controle Interno Municipal”, realizado pela Escola de Contas ao longo do ano, atendendo a servidores dos municípios que possuam ou estão em fase de implantação do Controle Interno.

Realizado pelo TCE, em parceria com o Tribunal de Contas da União, Controladoria Geral da União, Controladoria Geral do Estado e Federação dos Municípios do RN, com apoio da Gerência de Controle Interno Municipal e Promoex/RN, o curso foi idealizado buscando contribuir no fortalecimento destes órgãos, que têm como responsabilidade acompanhar a gestão, verificando os atos administrativos, visando à correta aplicação dos recursos públicos.

Segundo a diretora da Escola de Contas, Marlúcia Saldanha, os cursos foram realizados durante toda a semana, nos períodos da manhã e tarde, dividido em dois módulos, o primeiro enfocando a criação e estruturação do sistema de controle interno; e o segundo módulo, sobre a atuação do controle interno, abordando temas como as principais irregularidades identificadas na execução de programas de governo, a evolução do sistema de controle interno, tomadas de contas especiais, orientações sobre organização processual, análise de processos de execução da despesa pública, entre outros conteúdos.

“Este é o tipo de capacitação fundamental. Nosso interesse é capacitar todos os servidores do município sobre o orçamento público, buscando diminuir ao máximo os erros que possam existir”, disse a controladora do município de Pendências, Marianne Bezerra Leite Moraes, elogiando a iniciativa do TCE de orientar os municípios sobre a implantação do controle interno. “Em Areia Branca ainda não temos o Controle interno, mas o prefeito criou uma comissão para definir a implantação da Controladoria. Este curso vai ser bastante útil”, enfatizou Ricardo Moura, chefe do departamento de licitação daquele município.

## Apenas 20% dos municípios possuem Controladoria

O controle interno pode ser caracterizado como o conjunto de recursos, métodos e processos, adotados pelas próprias gerências do setor público, com vistas a impedir o erro, a fraude e a ineficiência. Até bem pouco tempo, a grande maioria dos gestores contratava escritórios de contabilidade para fazer a sua prestação de contas. “Com a implantação do Anexo 40 do SIAI, a perspectiva é que mais de 80% dos municípios implantem suas controladorias até 2010”, informou Ricardo Villaça, técnico do TCE. Atualmente, em torno de 20% dos municípios têm este serviço funcionando adequadamente.

## Colaboração na Câmara

O Tribunal de Contas do Estado e a Câmara Municipal de Natal assinaram, nesta quarta-feira (11/11), um Termo de Cooperação Técnica, visando à criação da Controladoria da Câmara. A proposta, enfatizou a presidente do TCE, conselheira Adélia Sales, é colaborar com o aperfeiçoamento da gestão pública, com a implantação e fortalecimento do controle interno. Para o presidente da CMN, vereador Dickson Nasser, a criação da unidade vai permitir uma gestão fiscal mais responsável, inclusive com o controle democrático da administração pública. “A criação da Controladoria vai dar mais transparência a administração pública, fundamentada nos preceitos da legalidade, impessoalidade, publicidade, moralidade e eficiência”, complementou Dickson Nasser.

# Empossado novo procurador do Ministério Público Junto ao TCE



**Com a posse de Ricart César Coelho, o MPJTCE completa seu quadro**

Em solenidade presidida pela procuradora-geral, Luciana Campos, no auditório do edifício-sede do TCE, perante a conselheira-presidente, Adélia Sales, conselheiros, procuradores, diretores e funcionários, foi empossado ontem o novo procurador Ricart César Coelho dos Santos, preenchendo a última vaga dos cargos disponíveis da Procuradoria-Geral do Ministério Público Especial Junto ao Tribunal de Contas do Estado.

Ao dar posse ao novo procurador, a procuradora-geral, Luciana Campos, deu-lhe as boas-vindas do MPJTCE, salientando a importância do ato e o seu papel a ser desempenhado perante a instituição. A conselheira-presidente do TCE afirmou: “O seu ingresso neste Tribunal gera em todos nós as melhores expectativas”.

E prosseguindo concluiu: “Do ponto de vista quantitativo, o quadro de procuradores se vê ampliado, completando-se o preenchimento dos cargos disponíveis. Mas o que se considera mais importante será a sua contribuição qualitativa, prestada com desenvoltura técnica e dedicação funcional, em favor do aprimoramento das ações deste órgão de controle externo”.

No seu discurso o procurador Ricart César Coelho dos Santos salientou a importância de pertencer ao quadro de procuradores do Ministério Público Junto ao TCE, assegurando sua disposição em contribuir com a instituição no cumprimento do seu dever profissional, além de agradecer a confiança depositada nele pela presidente Adélia Sales e outros companheiros do MPJTCE.

## Discurso de posse

Hoje se encerra mais uma etapa na história desta casa. Depois de sete anos da publicação do edital de abertura, é realizada a derradeira posse no cargo de procurador do ministério público junto ao tribunal de contas. A luta foi árdua e prolongada, foram muitos os obstáculos, muitas portas fechadas que se apresentaram durante esse tempo, que muitas vezes nos colocaram em dúvida sobre a trilha a seguir, a estratégia a adotar, que deixaram sombrios os caminhos a serem percorridos.

Porém, tais óbices foram lentamente sendo ultrapassados, com paciência, humildade e fé naquilo que desejávamos alcançar, sempre acreditando que poderíamos ser bem sucedidos. Sei que alguns no seu íntimo não desejavam ver concretizado este momento, apesar de se apresentarem à primeira vista como favoráveis à causa. Porém, sei que um número muito maior de pessoas torceram, rezaram e se esforçaram para que se tornasse realidade. Neste momento, gostaria de agradecer primeiramente a deus pelo êxito e destacar em especial os nomes de Rafael Coelho (meu irmão), sara (minha esposa), Dr. Manoel de Brito, Dr. Cícero Almeida e Dr. Carlos Roberto Galvão Barros, além de a minha família que tanto orou para ver realizado este momento, aos quais dirijo um especial agradecimento, sem olvidar de todos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que a luta fosse vencida. A vitória foi coletiva, e não individual. Também gostaria de agradecer especialmente à Dra. Maria Adélia Sales pela sensibilidade sempre demonstrada e aos demais conselheiros que se mostraram também sensíveis aos nossos esforços, aos procuradores, agora colegas, pela receptividade e ao Dr. Cláudio Marinho, consultor desta casa.

Também gostaria de destacar o papel decisivo do Tribunal de Justiça do Estado, que fez justiça no caso ao garantir o direito, que era não apenas meu, mas de todos os que, tendo obtido êxito em concurso público, devem ser nomeados para os cargos para que foram aprovados, contribuindo para a consolidação da jurisprudência nesse sentido, para que outras pessoas não precisem passar por tudo o que passei, podendo desfrutar desde logo da alegria de exercer o cargo público desejado.

Gostaria também, neste momento, de fazer um apelo pela diminuição da burocracia em todo o serviço público, e não apenas nesta casa, uma vez que existe um clamor para que a resposta aos pleitos administrativos e judiciais seja dada em um período de tempo mais curto, não se podendo mais aceitar, por exemplo, que um requerimento fique parado por dias em um protocolo simplesmente à espera de encaminhamento para o setor de destino. Hoje a sociedade exige a simplificação de procedimentos como forma de agilizar o trâmite administrativo, desde que respeitada a legalidade e o contraditório, assim como exige que o gasto público seja feito com eficiência e transparência, o que passa pela contratação de pessoal mediante concurso público em todas as esferas, como bem determinou a constituição da república.

Quero afirmar que chego a este tribunal para somar com trabalho e suor e também para contribuir para um clima de cordialidade dentro do ministério público, bem como contribuir para que esta cordialidade se estenda ao relacionamento com os conselheiros, devendo o parquet e o tribunal sempre respeitarem, reciprocamente, a independência e a esfera de atribuições de cada órgão, pois acredito que um clima favorável de trabalho é o melhor facilitador para consecução da qualidade do serviço público. É com o objetivo de paz que venho a iniciar as atividades nesta casa.

Por último, quero dizer que esse longo e desgastante processo também foi de muito aprendizado para mim, pois sou daqueles que procuram extrair lições mesmo dos eventos mais difíceis. Entreguei-me à luta de corpo e alma, sem cessar, e com simplicidade e altivez procurei superar cada pedra no caminho, contando sempre com o ombro amigo de minha família. E é assim, sem ressentimentos e sem mágoas, e apenas olhando para frente, que chego a este tribunal de contas, para contribuir para que seja alcançado o objetivo que é a única razão para a existência desta casa: servir à população.

Muito obrigado.



Laffitte, contador do TCE, e Jailson, diretor da Inspecoria: mudanças na contabilidade pública

## Nova contabilidade pública será adotada a partir de 2010

Uma verdadeira revolução está prestes a acontecer na Contabilidade Pública que hoje está convergindo tanto para área Privada como para Contabilidade Internacional. Estas mudanças começarão a ocorrer a partir de 2010, quando sua aplicação será facultativa, sendo obrigatória em 2011 no Governo Federal, 2012 nos Estados e Distrito Federal e, em 2013 nos Municípios.

Um dos pontos fortes desta mudança, além da criação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, está na elaboração de um Plano de Contas Único, aplicado ao Setor Público, aplicado às 03 (três) esferas de governo, Federal, Estadual e Municipal, que têm como principal objetivo a consolidação das contas públicas. Outro ponto muito forte é o enfoque Patrimonial que se dará com a nova contabilidade, pois até a presente data o enfoque maior é o Orçamentário, instrumento pelo qual o Gestor Público tem sua administração avaliada, somente se levando em consideração a sua gestão orçamentária e financeira, podendo ser bem avaliado por ter cumprido o orçamento e apresentado um superávit, não sendo demonstrado o impacto de sua gestão no patrimônio da entidade.

“Será uma mudança radical, todos devemos nos preparar para esta nova fase da Contabilidade aplicada ao Setor Público, teremos que preparar nossos técnicos para uma nova auditoria, que será contábil”, defendeu Luiz Fabra Laffitte Neto, contador do TCE, lembrando que está sendo organizado, junto à Escola de Contas do TCE, uma série de treinamentos para capacitação dos Técnicos da Casa e posteriormente para os gestores públicos.

Laffitte e o Diretor da Inspecoria de Controle Externo, Jailson Tavares Pereira, representam o Tribunal de Contas nos Grupos Técnicos de Procedimentos Contábeis e Padronização de Relatórios, criado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, responsável pela análise e a elaboração de diagnósticos e estudos, visando à padronização mínima de conceitos e práticas contábeis, plano de contas e classificação orçamentária de receitas e despesas públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, trabalho que vem sendo executado desde 2007, com encontros periódicos com representantes de instituições de todo o País.

A iniciativa leva em consideração a transparência da gestão fiscal, a racionalização de custos nos entes da Federação e o controle

social, os quais serão beneficiados pelo diálogo permanente das diferentes instituições envolvidas, o qual tende a promover a harmonização da contabilidade no âmbito da esfera pública. “O enfoque contábil, que era orçamentário, agora será também patrimonial”, explicou Laffitte, lembrando que a contabilidade pública terá um controle mais eficiente e eficaz, inclusive atendendo a normatização internacional, espelhando-se na contabilidade privada.

A primeira mudança será a padronização do plano de contas, no âmbito municipal, estadual e federal. “Antes, cada profissional de contabilidade desenvolvia o seu plano”, lembrou Jailson. Para disseminar a informação, a STN vai disponibilizar softwares livres para todas as organizações governamentais e que recebem recursos públicos, que serão obrigadas a atenderem as normas. “Temos técnicos com mais de 30 anos de serviços que têm uma resistência às mudanças, mas vão ter que se atualizar, caso contrário ficarão fora do mercado”, enfatizou Jailson. No caso do TCE, ressaltam que estão devidamente habilitados para repassarem os conhecimentos adquiridos. “Já nos reunimos com a equipe da Escola de Contas e logo estaremos realizando a capacitação”, informaram,

### Normas serão obrigatórias em

2011 – Governo federal

2012 – Estados

2013 – Municípios

### Já foram elaboradas 10 Normas

Dentro dos Princípios Fundamentais de Contabilidade, e ao mesmo tempo, que avance na consolidação e integração com as Normas Internacionais, foram elaboradas inicialmente 10 normas assim estruturadas:

NBCASP 1 - Conceituação e Objetivos

NBCASP 2 - Patrimônio e Sistemas Contábeis

NBCASP 3 - Planejamento e Seus Instrumentos

NBCASP 4 - Transações Governamentais

NBCASP 5 - Registros Contábeis

NBCASP 6 - Demonstrações Contábeis

NBCASP 7 - Consolidação das Demonstrações Contábeis

NBCASP 8 - Controle Interno

NBCASP 9 - Reavaliação e Depreciação dos Bens Públicos

NBCASP10 - Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público

# DAM efetivou Inspeções em 20 municípios

De abril a outubro de 2009, o Tribunal de Contas já realizou inspeções em 20 municípios do Rio Grande do Norte, apontando irregularidades e coibindo práticas consideradas ilegais. A informação é do diretor da Diretoria de Administração Municipal – DAM –, Humberto de Aragão Mendes Neto, lembrando que em média, a equipe técnica passa dez dias no município, analisando os documentos contábeis e averiguando se as obras planejadas realmente foram executadas de acordo com o previsto no Plano Plurianual.

Foram realizadas inspeções, com relatórios já concluídos nos municípios de Mossoró, Currais Novos, São Paulo do Potengi, Monte Alegre, Pau dos Ferros, Apodi, Ceará Mirim, Senador Georgino Avelino, Areia Branca, Macaíba, Paraná, Pendências, Canguaretama, Bom Jesus, João Câmara e Governador Dix-Sept Rosado. Com inspeções já realizadas, em processo de produção dos relatórios,

encontram-se os municípios de Caicó, Ielmo Marinho, Nísia Floresta e Baraúna.

Entre as irregularidades mais comuns, Humberto cita a contratação de pessoal sem concurso público, entre os quais contadores e assessores jurídicos; compra de material sem destinação específica; ausência de procedimento licitatório; aquisição de material sem empenho prévio; diárias como complementação salarial; superfaturamento de despesas; pagamento de juros e multas sob o saldo devedor; fracionamento de despesas e omissão da prestação legal de contas ao Tribunal de Contas.

Após a inspeção e produção do relatório, o processo é encaminhado para análise no gabinete do conselheiro-relator, para a definição do voto e aprovação no Plenário. Humberto lembrou que, com a realização do concurso público pelo TCE, a equipe da DAM será reforçada, com um número maior de inspetores.



**Humberto Aragão, diretor da DAM, quantifica inspeções realizadas em 2009**

## Pedido de intervenção em Galinhos



**Conselheiro Paulo Roberto, relator do processo**

O TCE aprovou, à unanimidade, na sessão plenária de quinta-feira (12/11), pedido de representação à governadora Wilma de Faria, para fins de intervenção no município de Galinhos, tendo em vista a inobservância do poder-dever constitucional de prestação de contas, fato que vem sendo repetido desde 2005.

O processo, relatado pelo conselheiro Paulo Roberto Chaves Alves, foi originado na Procuradoria-Geral do Ministério Público Especial, consubstanciada na não-apresentação dos seguintes documentos: Orçamento Anual dos exercícios de 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009; Relatórios de Execução Orçamentária do 5º e 6º bimestres do ano de 2005; Relatório Anual do exercício de 2005 e 2006; todos os seis Relatórios Bimestrais de Execução orçamentária de 2008 e o Relatório de Execução Orçamentária do 2º bimestre de 2009.

“A intervenção do Estado em Municípios reveste-se de muita cautela, por tratar de medida extrema, visto que poderá resultar no afastamento do agente político de seu cargo eletivo”, enfatizou o conselheiro-relator, lembrando que pela Constituição, o Estado poderá decretar a intervenção nos municípios no caso de atraso na entrega da prestação de contas aos órgãos de controle externo; o que é repetido na Constituição Estadual e na Lei Orgânica do TCE (Lei Complementar Estadual nº 121/94, no art. 58, que regulamenta a atribuição nos seguintes termos):

“Art. 58. Não sendo as contas municipais enviadas ao tribunal no prazo e na forma dos §§ 1º e 2º do art. 57, ou havendo a constatação de irregularidades ou abusos (artigo 78, I a IV), cabe ao órgão representar ao Governador para efeito de intervenção no Município (Constituição Estadual, art. 25, II).”



# Um instante!

Está chegando a hora!

Mais uma vez o mundo se prepara para celebrar o renascimento. O momento em que Deus se fez homem num ato de humildade e extrema grandeza, para mostrar que tudo se consegue com a paz. E é este o sentimento que deve predominar: a paz invadindo os corações, como diz a canção.

De nada adianta ao homem se ele não tiver paz, cultivar bons sentimentos para si e para o outro. Assim, o espírito de Natal não está presente no consumo, tão enfatizado nesta época, mas no coração dos homens de bem, aqueles que percebem que, ao fazer uma doação, na verdade recebem mais, muito mais...

Recebem sorrisos sinceros, risos soltos, brilhos no olhar. A graça de um Deus que fez do barro o homem e disse para ele ser feliz. É pena que séculos e séculos depois, ele ainda não tenha entendido, assimilado a mensagem.

Ouvi de um padre, numa missa de Natal, que a celebração de nascimento de Cristo não se dá apenas no dia 25 de dezembro, mas acontece todo dia, a cada segundo, quando nasce uma criança; quando mãos se estendem e se tocam para ajudar um ao outro; quando o amor prevalece acima de todas as outras coisas, quando nos superamos e vemos que temos a capacidade de mudar, de também renascer. Em casa, na rua, na escola, no trabalho... em todos os lugares devemos compartilhar e disseminar a alegria da experiência de sermos, singelamente, humanos.

Felizes os que, em meio às confraternizações de fim de ano, reserva um espaço para a reflexão. Pensar um pouco sobre o que fez de bom este ano, que marcas deixou. E para o tempo que virá, o que planeja? Passado e futuro se misturam na dádiva do presente, o momento único que vivemos.

E então, vislumbre o mar sem fim, ajoelhe-se e agradeça a Deus, mais uma vez, por este instante.